

Luta por mais verbas continua agora na Lei Orçamentária

Terminada a batalha contra o veto do governador Geraldo Alckmin (veja box), a luta por mais verbas para a educação paulista entra em novo cenário. Agora, é hora de atuarmos para conseguir mais recursos através da Lei Orçamentária (LO) 2006, propondo emendas que diminuam os prejuízos gerados com a ação danosa do governador durante a tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2006.

A LO transforma em valores tudo o que foi aprovado (em forma de índices) durante a LDO. É um momento que ainda permite remanejamentos de verbas.

O governador enviou seu projeto de LO à Assembléia Legislativa no dia 29 de setembro. O texto define o seguinte:

- O correspondente a 9,57% do ICMS para as Universidades (R\$ 3,956 bilhões).
- R\$ 309 milhões para o Centro Paula Souza.

Obviamente, isso fica muito aquém do que foi vetado (10% do ICMS para as universidades e 1% do ICMS para o Ceeteps). O Fórum das Seis estudou o conteúdo da LO e reapresentou emendas com teor semelhante ao que foi vetado pelo governador na LDO:



O governo cercou a Alesp durante as manifestações contra o veto (foto no alto). À esquerda, o plenário JK

- 31% da arrecadação tributária total para a educação pública;
- 10% do ICMS efetivamente arrecadado para as universidades (ou seja, sem o desconto irregular da Habitação)
- 1% do ICMS efetivamente arrecadado para o Ceeteps.

O Fórum já pediu uma audiência com o relator da Comissão de Finanças e Orçamento da Alesp, o deputado Edmir Chedid (PFL). O objetivo é obter um compromisso de que as emendas da educação serão incorporadas ao relatório a ser votado pela Comissão, o que deve ocorrer até o dia 8/12.

O Fórum apurou, também, que há outras cinco emendas, oriundas das audiências públicas realizadas no interior, que apontam para o aumento de investimentos nas universidades e no Ceeteps. A bancada do PT apresentou uma emenda destinando um recurso extra de R\$ 8 milhões para os hospitais universitários.

Em reunião realizada no dia 23/11, o Fórum das Seis avaliou que o quadro político é favorável à aprovação das emendas na Comissão de Finanças e Orçamento. Porém, a exemplo do que ocorreu durante a LDO, o embate será no plenário. As entidades deliberaram, ainda, por confeccionar os cartazes mostrando os deputados que votaram a favor e contra o aumento de verbas para a educação na LDO (veja na pág. 12).

O Fórum considera relevante que haja uma mobilização no dia da reunião da Comissão (ainda sem data definida). A continuidade da mobilização na LO, a exemplo do que fizemos na LDO, será um elemento importante para impulsionar a nossa luta por mais verbas no ano que vem.



Os atos contra o veto, em setembro, reuniram milhares de estudantes, professores e servidores

Alckmin manteve o veto na LDO, mas sai queimado do episódio

Depois de uma longa e tumultuada tramitação, o veto do governador Geraldo Alckmin ao aumento de verbas para a educação pública foi mantido pela Assembléia Legislativa. A votação aconteceu em sessão extraordinária, no dia 28/9, por posicionamento simbólico de líderes.

A sessão começou às 19 horas. Antes disso, cerca de dois mil manifestantes da Unesp, USP, Unicamp e Centro Paula Souza concentraram-se no MASP e desceram em passeata pela avenida Paulista, passando pela avenida Brigadeiro, até a Alesp.

Como das outras vezes, um verdadeiro batalhão de policiais aguardava os estudantes, funcionários e docentes. Apenas uma

parte foi autorizada a entrar, ficando para fora centenas de pessoas.



O presidente da Adunesp, Milton Vieira do Prado Jr, fala em frente à Alesp, durante manifestação contra o veto



Adunesp e Sintunesp divulgam manifesto em defesa dos CCI's

A Comissão Técnica dos Centros de Convivência Infantil (CCI's) da Unesp, criada pelo Cade, deve divulgar seus resultados no início de dezembro. A expectativa da comunidade é grande, pois a proposta abarca todos os aspectos do funcionamento deste importante espaço da Universidade. Uma preocupação, no entanto, tomou conta dos funcionários e pais que utilizam os CCI's: o boato de que haveria uma proposta de terceirizá-los. Diante disso, em várias unidades foram elaborados abaixo-assinados, repudiando essa possibilidade e solicitando apoio para as propostas que serão divulgadas pela Comissão Técnica.

A reportagem do **Adunesp Informa** conversou com pessoas ligadas à Administração da Unesp, que negaram haver qualquer proposta de terceirização. No entanto, em tempos neoliberais dos mais bicudos, todo cuidado é pouco.

A seguir, acompanhe a íntegra de uma manifesto divulgado conjuntamente entre a Adunesp e o Sintunesp:

“O Centro de Convivência Infantil (CCI) da Unesp é resultante de reivindicações de sua comunidade, que lutava pelo direito à educação infantil na Unesp. Criados a partir de 1982, os CCI's atendiam os filhos de docentes, estudantes e funcionários. Mais do que atender demandas, o CCI vem se constituindo em um espaço importante de concretização de direitos da criança.

Inicialmente, essa conquista era dos três segmentos, concepção justa quando o compromisso é com a democracia e a superação das desigualdades sociais. Porém, durante alguns anos essa conquista se restringiu aos filhos de docentes e funcionários. Somente a partir da Portaria Unesp nº 311, de julho de 2004, que o CCI voltou a atender filhos de alunos nas vagas excedentes. Mas, por que essa situação?

A justificativa permanente, assumida em diferentes gestões da Reitoria, são os custos. Ao longo do tempo, tem se efetivado um descompromisso da gestão da universidade com o CCI, pois não está entre as atividades fins da instituição, logo é alvo fácil da filosofia de corte de gastos. Essa lógica não é nova, pelo contrário, é a essência de visão de gestão predominante atualmente, que também atinge as ati-

vidades fins da universidade.

A proposta de terceirização do CCI vai ao encontro da lógica da privatização da universidade. É inconcebível pensar a educação infantil na Unesp realizada por “terceiros”. Educação é um fim da universidade, não pode

ser transformada em mercadoria, como apregoam as políticas neoliberais. A Universidade tem compromisso com a educação pública em todos os níveis, não pode buscar a saída mais “fácil” para resolver o problema do CCI.

Em época de cortes de toda ordem, parece ser impropriedade lutar pela manutenção do direito à educação infantil aos filhos da comunidade unespiana. Porém essa questão não pode ser reduzida ao olhar corporativo ou à leitura reducionista de qualquer tecnocrata. É uma questão que deve extrapolar o âmbito do imediato e vislumbrar possibilidades reais de contribuir para a implantação e garantia do direito da criança no país, pois, do contrário, levaria a um retrocesso do que se entende e do que é de fato a Educação Infantil. Como a Unesp pode contribuir?

- Garantindo o direito à educação para as crianças de zero a seis anos, filhos de docentes, funcionários e estudantes da Unesp;
- Transformando o CCI em espaço de pesquisa das diversas áreas de conhecimento constitutivas da Universidade;
- Articulando o estágio de diversos cursos com o trabalho do CCI;
- Mantendo o financiamento e a gestão do CCI;
- Admitindo servidores para o CCI somente por concurso público e vinculando todos os seus servidores ao quadro funcional da universidade.

A universidade, no momento atual, deve ser criativa e ousada ao definir suas prioridades. Saber distinguir dificuldades estruturais de financiamento de opções de modelo de universidade é o maior desafio. É dentro desse contexto que a Reitoria deve reconsiderar a proposta de terceirização do CCI, sob o risco de se perder toda a referência construída nesse tempo em educação infantil, seja no âmbito de pesquisa, nos estágios supervisionados, ou no atendimento concreto à criança. Espera-se do gestor a sensibilidade e a competência para superar problemas e não a indesejável capacidade de inviabilizar importantes iniciativas em nome da suposta racionalidade administrativa. Terceirizar o CCI é interromper um importante avanço para a educação infantil no Brasil!”

